

Capítulo VI

*PROPOSTA DE GESTÃO INTEGRADA DA FRENTE MARÍTIMA
DE NATAL*

1 - PROPOSTA DE GESTÃO INTEGRADA DA FRENTE MARÍTIMA DE NATAL

A Frente Marítima de Natal está afetada por intensas modificações, ocorridas no decorrer do último século, agravadas, nos últimos decênios, em função do crescimento desordenado da cidade e ausência de políticas públicas que focalizassem os problemas relacionados à gestão ambiental.

Sua área costeira apresenta usos múltiplos, que se revestem da maior importância para o suporte do desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, em especial o centro dinâmico da Região Metropolitana de Natal, com inegáveis reflexos no plano social. Em termos de equilíbrio antrópico, na região de Natal, a manutenção do razoável grau de harmonização de usos múltiplos na costa é essencial ao seu desenvolvimento sustentado.

Contudo, em decorrência da ausência histórica de ações voltadas ao suprimento das demandas habitacionais, ao longo desse período, vários bolsões de pobreza iniciaram a ocupação e povoamento de alguns setores das frentes praial e estuarina, num uso de maneira desordenada do solo.

Paulatinamente, as áreas voltadas, em especial, para a frente praial, foram incorporando valores, tornando-se, palco de interesse das ações governamentais e de empreendimentos privados voltados para a afirmação do turismo, enquanto atividade estratégica para o desenvolvimento econômico da cidade. As estruturas urbanas foram sendo implantadas, sem guardar respeito às dinâmicas naturais dos frágeis ecossistemas, ali existentes, marcando o início de um processo erosivo que, nos tempos atuais, ameaça a estabilidade de algumas partes dessas estruturas.

A franja urbana, diretamente ligada à frente estuarina, apresenta um acentuado grau de degradação, devido sua maior proximidade com os centros urbanos mais antigos, marco de fundação do Município, a Fortaleza dos Reis Magos, bem como a estrutura portuária da cidade. Porém, em decorrência de sua desvalorização histórica, a margem estuarina consolidou-se com ocupações conflituosas e pontuada por bolsões de pobreza que se formaram aproveitando a marginalização cultural dessa paisagem, ao longo do processo de expansão e consolidação da trama mais antiga da cidade. sem respeito aos condicionantes que garantem o equilíbrio ecológico (Figura 109).



Figura 109 - Habitação sub-normal às margens do Estuário Potengi.

Além das inconveniências decorrentes da ocupação desordenada de espaços extremamente importantes para o equilíbrio ecológico da interface entre os ambientes aquáticos e terrestres, a Frente Marítima de Natal, com seus 21 km de extensão, incorporou diversos problemas advindos da ausência de planejamento para sua ocupação (Figura 110), traduzidos pelos seguintes pontos:

- Lançamento de grande carga de esgotos domésticos no Estuário Potengi, com uma carga orgânica da ordem de $20.717\text{m}^3/\text{dia}$, sem tratamento prévio, e de lançamentos industriais, com teores de alguns metais pesados (chumbo, níquel e zinco) acima do máximo permitido;
- Presença de assentamentos sub-normais (favelas), 12 no total, com 2.480 domicílios, somando uma população aproximada de 12.312 habitantes, em áreas de planície fluvio-estuarina, sob influência das marés;
- Acentuado desequilíbrio dos processos costeiros, resultando no desaparecimento de praias e destruição ocasional de estruturas viárias, situadas na orla marítima;
- Desmatamentos e utilização predatória dos manguezais.



Figura 110 - Limites do município e adensamento urbano nas margens do estuário.

Esse panorama sugere a necessidade de intervenções que objetivem o estabelecimento de uma nova relação entre a cidade e sua frente marítima, justificando a formulação de um projeto para reabilitação ambiental dos setores ou frentes praias e estuarinas, de modo a reintegrá-las ao conjunto urbano, resgatando a função de proteção e arremate da fachada marítima, contribuindo para a melhoria da qualidade estética da cidade, potencializando-a como campo para investimentos geradores de riqueza para a economia urbana, em especial, como evento que pode ancorar programas de reurbanização de áreas ribeirinhas e reversão dos quadros sociais desfavoráveis.

Destaca-se ainda a importância do Estuário Potengi pelo seu potencial cênico, turístico e principalmente pesqueiro/aquícola, tendo sido palco da experiência pioneira de criação de camarões em cativeiro do Brasil, no início da década de 70. Atualmente, o Estado do Rio Grande do Norte é o maior produtor brasileiro de camarões, com uma produção, em 2002, de 17.500 toneladas, das quais 11.377 foram exportadas, gerando um aporte na economia estadual da ordem de 47,493,828.00 milhões de dólares (Fontes: ABCC e FIERN, 2002), ou seja, 127.356.088,00 Euros. Segundo estimativas do IDEMA/UFRN, apenas a extração manejada de ostras no Estuário Potengi poderia beneficiar 50 famílias de produtores locais,

gerando uma renda média mensal de • 128,16. Vale ressaltar que o salário mínimo atual do Brasil é • 72,00. Acrescente-se a isto o potencial deste estuário nos cultivos de outros bivalves e crustáceos, além de peixes em geral, o que aumentaria significativamente esta estimativa de aporte econômico, influenciando sobremaneira na qualidade de vida da população ribeirinha e possibilitando reverter a atual situação sócio-ambiental desta região.

Vale salientar que esta Tese de Doutorado integrou dados de trabalhos existentes e dados históricos, além de aportar novos dados, podendo servir de base referencial para a elaboração deste plano de gestão integrada para a região costeira de Natal.

Este programa de gestão integrada deve considerar também algumas diretrizes básicas, a exemplo das adotadas pelos Estados Unidos da América e pela União Européia, adaptadas à realidade brasileira, tais como:

- a) Uma perspectiva ampla e global (temática e geográfica) que considere a interdependência e disparidade dos sistemas naturais e as atividades humanas que tenham incidência nas zonas costeiras;
- b) Uma perspectiva a longo prazo que considere o princípio da precaução e as necessidades das gerações atuais e futuras;
- c) Uma gestão modulada em um processo gradual que facilite as adaptações de acordo com os problemas surgidos e a evolução dos conhecimentos;
- d) Considerar as características locais e a grande diversidade das zonas costeiras regionais, de forma que se possa responder as suas necessidades práticas com soluções específicas e medidas flexíveis, aplicando conhecimentos adquiridos em experiências bem sucedidas em outras regiões;
- e) Um trabalho em sintonia com os processos naturais e que respeite a capacidade de suporte dos ecossistemas;
- f) A participação de todas as partes interessadas (organizações governamentais, organizações não governamentais, entidades privadas e sociedade organizada) no processo de gestão, por exemplo, mediante acordo e segundo o princípio da

responsabilidade compartilhada;

- g) O apoio e a participação de todas as instâncias administrativas competentes, em escala nacional, regional e local, entre as quais caberá estabelecer ou manter os vínculos adequados para melhorar a coordenação das distintas políticas existentes;
- h) Definir uma maneira de combinar os instrumentos destinados a facilitar a coerência entre os objetivos da política setorial e entre a ordenação e a gestão costeira.

Nesse sentido, a Proposta de Gestão Integrada da Frente Marítima de Natal incorpora um conjunto de intervenções e diretrizes para tratamento de cada problema pontual, visando orientar o ordenamento espacial das áreas de contato com a frente marítima, bem como o desenvolvimento de políticas e programas que revertam melhorias para as condições de vida das populações locais.

Apoiando-se na estratégia de aproveitamento de áreas potencialmente favoráveis à implantação de novas infra-estruturas que atuarão em prol da integração territorial, com alcance local e metropolitano para o fortalecimento do turismo, iniciou-se o desenvolvimento de um projeto que prevê a instalação de uma nova ponte, interligando os quadrantes norte e leste da cidade, prevendo-se a instalação de dois complexos urbanístico-turísticos situados nas áreas lindeiras de suas cabeceiras. O Projeto da Ponte Forte/Redinha, já iniciado, subsidiado em parte por dados desta Tese, promoverá a interligação das duas margens do Potengi, conectando as estruturas viárias que promovem o acesso de toda a frente litorânea da Região Metropolitana, denominada Rota do Sol.

Esse episódio apresenta-se como um passo decisivo para o alavancamento da dinâmica urbana da região do entorno desse novo equipamento que influenciará enormemente a valorização das frentes praias e estuarinas, bem como as dinâmicas de transformação do uso do solo desses territórios.

A magnitude do impacto previsto com a implantação dessas estruturas, merece, contudo, uma reflexão que incorpore, além dos aspectos que favorecem a articulação viária entre importantes setores da cidade e a dinamização do turismo, as questões que envolvem incoerências ambientais e disparidades sócio-econômicas enraizadas nesse universo, contribuindo para a formulação de propostas que conjuguem o tratamento integral dos problemas existentes, o que requer uma ampla tarefa de planificação que integre todos os

aspectos abrangidos pelo tema.

Nesse contexto, o escopo da Proposta de Gestão Integrada da Frente Marítima de Natal, lançado neste estudo, como reflexão preliminar para o equacionamento dos problemas de conectividade entre a cidade e sua vizinhança aquática e evidenciados pela necessidade de implantação de estruturas de contenção do avanço do mar sobre a cidade, aponta soluções que interagem sobre os principais problemas que caracterizam a desconformidade ambiental desse território.

Na medida em que o escopo de intervenções programadas para a recuperação das fachadas Praial e Estuarina (Figura 111) for adotado como principal baliza para condicionamento da nova paisagem, os elementos propostos, sejam dispositivos projetados para assegurar a estabilidade das estruturas costeiras, sejam atributos do desenho e valorização da paisagem, farão com que os espaços públicos passem a ser fundamentais na composição desse entorno, estabelecendo a ligação entre as praias e a área urbana, através de uma valorização estética e ambiental da estrutura desses territórios.



Figura 111 - Área de intervenção da Fachada Estuarina.

Antecipando-se um quadro preliminar de atuações que merecem ser consideradas na proposição da recuperação da Frente Marítima de Natal, é possível destacar as seguintes intervenções básicas:

- Projeto de Esgotamento Sanitário;
- Programa de Gerenciamento Ambiental da Zona Costeira de Natal;
- Plano de Urbanização e Revitalização Ambiental das Frentes Estuarina e Praia de Natal;
- Conclusão e complementação do Projeto de Recuperação da Praia de Areia Preta, abrangendo posteriormente, a recuperação da Praia do Forte e a reabilitação das Praias da Redinha e Redinha Nova;
- Conclusão da Ponte Forte/Redinha, com integração de toda a Frente Marítima da Região Metropolitana de Natal;
- Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Costeira de Natal;
- Projetos de Exploração Pesqueira Sustentável de Bivalves, Peixes e Camarão, tanto através da pesca, como da aqüicultura;
- Programa de Educação Ambiental.

Ressalta-se que dentro do Programa de Gerenciamento Ambiental da Zona Costeira de Natal, estaria inserida uma ação integrada de recuperação do Estuário Potengi.

Em função das características e potencialidades dos novos espaços gerados com a implantação dos Projetos Estruturantes e de Recuperação Ambiental da área costeira, acredita-se que serão consolidados pólos de atratividade, viabilizados mediante incentivos que favoreçam a implantação das seguintes empreendimentos:

- Implantação de uma estação pesqueira tropical, constando de um porto pesqueiro e um mercado referencial de espécies dos mares nordestinos;
- Implantação de uma Marina que, além de promover a náutica potiguar, se constituirá em um elemento estratégico e agregador da atividade turística;
- Criação do Parque do Mangue, visando a preservação desse ecossistema e seu aproveitamento para o turismo ecológico;

- Criação do Parque das Salinas, resgatando cenários representativos da atividade salineira, anteriormente desenvolvida no enclave estuarino e que se constitui uma das mais importantes atividades econômicas do Estado.

Desta maneira, na medida em que a administração pública tem desenvolvido grandes esforços, para o investimento de recursos públicos e privados, em metas voltadas a dotar a região costeira de uma infra-estrutura necessária à consolidação do turismo, como atividade essencial para o desenvolvimento sócio-econômico do estado, torna-se fundamental cuidar dos problemas que envolvem a adequação ambiental dos espaços que contribuem ou conformam essa potencialidade à cidade.

Dentre as alternativas que consideram a necessidade de articulação entre a vocação turística da cidade e a solução das inadequações sócio-ambientais existentes na sua estrutura, identifica-se imprescindível a recuperação da Frente Marítima de Natal, mediante atuações que promovam a valorização estética da paisagem e o acondicionamento da funcionalidade social e econômica.

Apesar de terem sido adotadas, em Natal, algumas iniciativas voltadas a essa preocupação, com significativa importância para o desenvolvimento regional e em particular para o fortalecimento da indústria do turismo, verifica-se que tais medidas não guardaram entre si, nenhum critério de integração, exatamente por se estabelecerem como projetos desconectados, no tempo e no espaço.

A adoção de medidas com uma visão global, integrando essas intervenções, conduzirá a exploração otimizada da relação empreendimento/recursos naturais, gerando, a médio e longo prazos, reflexos positivos no ordenamento urbanístico e ambiental da área e, com isso, potencializando as atividades aí desenvolvidas, como o turismo e o lazer, derivadas dos privilégios advindos da existência desse importante patrimônio paisagístico, o que influiria consideravelmente para uma melhoria da qualidade de vida dos habitantes e visitantes da cidade.

Por outro lado, o êxito de uma iniciativa deste tipo está diretamente associada ao nível de conscientização da sociedade frente ao problema, que no caso da Frente Marítima de Natal, constitui-se numa das poucas unanimidades. Tanto o poder público municipal e estadual,

os poderes legislativos, a iniciativa privada, como a sociedade civil em geral, clamam pela recuperação deste que é o seu principal patrimônio ambiental, com uma ressonância muito favorável de toda a opinião pública, através dos seus meios de comunicação.